Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca-BA, está registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização de ferroligas, ferrocromo e ferrossilício; a exploração de jazidas de minérios de cromo, cal e quartzo para consumo próprio ou comercialização; a elaboração, execução e administração de projetos florestais, visando à obtenção de madeira para a produção de biorredutor para consumo próprio ou comercialização; e, estabelecimento e exploração de qualquer indústria que, direta ou indiretamente, se relacione com o seu objeto, inclusive mediante participação em contras sociedades. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, que tem como missão atender crianças, adolescentes e jovens carentes, dos municípios do nordeste brasileiro, oferecendo-lhes educação básica visando à formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania, de respeitar o ser humano em todos os seus aspectos, primando pela ética, cooperação e solidariedade.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2018.

Declaração de conformidade e Base de preparação

Declaração de conformidade

2

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

4 Principais julgamentos contábeis e Fontes de incertezas nas estimativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização desses ativos.

(b) Provisão para fechamento de minas

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, podem não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

(d) Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens sem rotatividade há mais de 5 anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

(e) Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas a natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (Nota 16).

(f) Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica e previdência privada e prêmio de aposentadoria, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (Nota 22(ii)).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego – duration. Para os casos onde não há títulos públicos com a mesma duration avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de benefícios pós-emprego se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 22.

(g) Vida útil do ativo imobilizado

Conforme descrito na Nota 6 (f), a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

5 Ativos e Passivos Financeiros

5.1 Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, exceto quando são instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial (Nota 5.3), no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Empréstimos e recebíveis

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(iii) Ativos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado. Os ativos mantidos até o vencimento da Companhia compreendem as aplicações financeiras.

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não seja realizável ao seu valor contábil. Um ativo ou grupo de ativos financeiros não é realizável ao seu valor contábil e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) se a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) a possibilidade de o devedor declarar falência ou outra reorganização financeira; e
- (v) o desaparecimento de um mercado operativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou como outros passivos financeiros. Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos, na data de negociação, inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.3 Instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de proteção cambial (hedge). Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge, no caso da adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting).

A Companhia designa os derivativos como *hedge accounting*, quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (em "Outros resultados abrangentes") no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de hedge são liquidados. Quando o hedge deixa de cumprir os critérios para hedge accounting, o mesmo é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em "Resultado financeiro".

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de proteção estão divulgados na Nota 24. O valor justo total dos instrumentos derivativos de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por hedge é superior a 12 meses.

5.4 Classificação dos instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado		
		2017	2016	2017	2016	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	77.758	186.042	92.440	192.400	
Aplicações financeiras (i)	Valor justo	407.005	60.000	421.571	84.260	
Aplicações financeiras não circulante	Valor justo	2.730	22.190	26.089	44.226	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	129.315	136.061	129.315	136.061	
Depósitos judiciais	Custo amortizado	5.834	5.238	5.930	5.334	
Instrumentos fin. proteção cambial (i)	Valor justo	993	16.311	993	16.311	
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	61.125	45.225	61.125	45.188	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	6.393	689	6.393	689	
Empréstimos e fin. não circulante	Custo amortizado	59.989	38.680	59.989	38.680	

(i) Nível 2 - Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a nossa Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas Notas 9 e 10.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

Com base em análise individual, é constituída perda estimada para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização dessas contas a receber em contrapartida a rubrica de despesas com vendas.

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas estimadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores, correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 19.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

(h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisadas.

(k) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

(I) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos leais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Prêmio de aposentadoria – Acordos coletivos

Metalurgia: Conforme clausula 8° do respectivo acordo, o empregado ao se aposentar na empresa, quer por invalidez, quer por tempo de serviço, quer por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, desde que tenha mais de 05 (cinco) anos na empresa na qual se aposentar e que se desligue do quadro de empregados. O prêmio estará limitado a 01 (um) salário nominal, o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa.

Mineração: conforme clausula 11° do respectivo acordo, o empregado, ao se aposentar na empresa por tempo de serviço ou idade, permanecendo no quadro de empregados, fará jus a um prêmio, pago de forma única quando da formalização dessa aposentadoria. O valor será de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço desde que tenha mais de 08 (oito) anos na empresa. O prêmio fica limitado a 01 (um) salário nominal.

(iv) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios relacionados à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando-se o método da taxa de juros efetiva e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na Nota 32.

(p) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(q) Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DENSENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (ii) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (iii) Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (iv) Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- (v) Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE;
- (vi) Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (vii) No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrado na rubrica "Receita líquida de vendas";
- (viii) A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

(r) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na Nota 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na Nota 17.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

No exercício corrente a Companhia e suas controladas aplicaram diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 01 de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia e suas controladas aplicaram essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliares as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, uma vez que a Companhia e suas controladas possuem como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a renda					
Vigência	1º de janeiro de 2017					
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se have lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporário dedutíveis possam ser utilizadas.					
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, uma vez que a Companhia e suas controladas já avaliam a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.					

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da FERBASA.

Norma	IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos da adoção	A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.
	Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).
	Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma	IFRS 15 - Receita de contratos com clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo IFRS, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 - Leases				
Vigência	1º de janeiro de 2019				
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.				
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.				

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de *commodities* e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração.

(i) Risco cambial

Além da Companhia efetuar transações em moeda estrangeira (exportações de ferroligas, minério de cromo e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de *commodities* convertida no momento da venda pelo US dólar do mês anterior. Como mais de 90% dos custos operacionais são em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa de *hedge* para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento, tanto no mercado externo, quanto no mercado interno.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2018, conforme Relatório Focus emitido em 5 de janeiro de 2018, como cenário II (possível) uma valorização do Real em 25% frente ao dólar americano e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/201/		Cenario I		Cenario II		Cenario III	
				Ganho/		Ganho/		Ganho/
				(Perda) -		(Perda) -		(Perda) -
	US\$	_R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Contas a receber de clientes	6.466	3,31	3,32	65	2,48	(5.367)	1,66	(10.669)

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (NDF), consideramos que o impacto de uma desvalorização do Real sobre estes instrumentos precisa ser avaliado em conjunto e, consequentemente, as mudanças da taxa de câmbio implicarão em oscilações tanto nas NDF's (30%), quanto no Faturamento (100%) indexado ao Dólar. Portanto, esta análise deverá acontecer sempre de forma integrada.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2018, conforme Relatório Focus emitido em 5 de janeiro de 2018, como cenário II (possível) uma desvalorização do Real em 25% frente dólar americano e o cenário III (remoto) uma desvalorização de 50% do Real sobre a moeda estrangeira.

	31/12/	2017 Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	US\$	<u>R\$</u>	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) - R\$	Taxa US\$	Ganho/ (Perda) - R\$
Instrumento financeiro de Proteção cambial	28.000	3,40	3,32	2.240	4,15	(21.000)	4,98	(44.240)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Risco de taxa de juros

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia considera como cenário I (provável) a média da taxa básica de juros para o ano de 2018 de 6,75% ao ano, conforme Relatório Focus de 5 de janeiro de 2018. Na projeção do cenário II (possível), a taxa básica foi reduzida em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

	Taxa	Cenário II	Cenário III	
	fechamento	Cenário I	Redução	Redução
Riscos de taxas de juros	31/12/2017 - a.a.	Provável	25%	50%
Média taxa básica de juros - (% aa)	7,0	6,75	5,06	3,38
Saldo de aplicações financeiras	479.276	514.162	505.441	496.719
Efeito líquido		34.886	26.165	17.443

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, a Companhia considera como cenário I (provável) a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para o ano de 2018 de 6,75% ao ano. Na projeção do cenário II (possível), a TJLP foi aumentada em 25% e no cenário III (remoto) em 50%.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento <u>31/12/2017 - a.a.</u>	Cenário I <u>Provável</u>	Cenário II Aumento 25%	Cenário III Aumento 50%
Taxa de juros – TJLP – (%aa) Saldo de empréstimos e financiamentos Efeito líquido	7,0 29.705	6,75 28.644 1.061	8,44 35.805 (6.100)	10,13 42.966 (13.261)

(iii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contra partes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companha trabalha com instituições financeiras de primeira linha.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

(iv) Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados na Nota 21.

(v) Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, os quais foram representativos em 2017. No mercado interno, para o Ferrocromo, temos Aperam Inox e Magoteux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, temos Marubeni Corporation e Traxys. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia possui um planejamento contingencial que considera a substituição dos volumes de vendas negociadas com esses importantes clientes já que a perda de um deles poderá causar um efeito adverso nos resultados financeiros e operacionais. Através de uma postura mais conservadora, a Companhia mantém aplicações com liquidez imediata e limita a contratação de novos empréstimos a 1,5 x EBITDA anual do orçamento, salvo autorização do Conselho de Administração.

(vi) Risco de preço de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

(vii) Outros fatores de risco não financeiros

Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais e metalurgia), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

Ricos ambientais: a Companhia esta sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001. Na área de mineração, a implantação destas normas está em andamento, prevista para ocorrer em meados de 2018.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são anualmente revisadas para antever possíveis impactos.

Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Risco de energia elétrica: por sua característica eletrointensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinaram prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2017, e em consonância com seu Planejamento Estratégico, Missão e Visão, a Companhia, no final do mês de dezembro, celebrou um Contrato de Compra e Venda para aquisição do parque eólico BW Guirapá I, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica. Esse importante passo, após uma longa etapa de estudo, deve ser finalizado em 2018, firmando o caminho da Companhia em tornar-se autossuficiente neste insumo estratégico para suas operações, ver maiores detalhes acerca desta operação na Nota 37.

Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos Aplicações em CDB (i) Fundos de investimento (ii)	8.217 120 69.421	22.648 113 163.281	8.460 4.100 79.880	22.798 3.812 165.790
	77.758	186.042	92.440	192.400

- (i) Na controladora, refere-se à aplicação financeira com taxa de remuneração de 90% do CDI, com liquidez diária, para garantia das operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE. No consolidado, contempla também operações em CDB Certificado de Depósito Bancário, cuja taxa de remuneração é de 98,5% do CDI (99% 31/12/2016).
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimentos, cujo resgate tem liquidez diária. Os juros médios na marcação a mercado situam-se entre 95,7% e 101,5% do CDI (entre 99% e 104% 31/12/2016).

10 Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Circulante Fundos de investimentos (i)	407.005	60.000	421.571	84.260
Não circulante Fundos de investimentos (i) Letras financeiras (ii)	2.730	22.190	2.730 23.359	22.190 22.036
	2.730	22.190	26.089	44.226
Total das aplicações financeiras	409.735	82.190	447.660	128.486

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e a remuneração média está entre 98,5% e 104,8% do CDI (entre 97% e 135% 31/12/2016). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços em um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa.
- (ii) Letras financeiras com remuneração entre 102% e 104% do CDI (Entre 104% e 106% 31/12/2016).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Contas a receber de clientes

,	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	
Mercado interno Mercado externo Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	108.218 25.508 (4.411)	93.251 43.115 (305)	
	129.315	136.061	

As contas a receber de mercado externo são em US dólar, convertidas para Reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

Devido ao curto prazo de vencimento das "contas a receber" (média 30 dias), a Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Abaixo demonstramos as contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	
A vencer	119.575	132.035	
Vencidas de 0-30 dias	9.605	3.646	
Vencidas de 31-60 dias	24	5	
Vencidas há mais de 60 dias	4.522	680	
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(4.411)	(305)	
	129.315	136.061	

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no montante de R\$ 4.411 (31/12/2016 – R\$ 305).

Abaixo demonstramos a movimentação da PECLD:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	(14)_
Constituição de PECLD	(291)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(305)
Constituição de PECLD	(4.106)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(4.411)

A Administração entende que a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Estoques

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Produtos acabados (i)	87.455	70.749	87.455	70.749
Matérias-primas	44.533	55.561	44.587	55.614
Minério de cromo	26.846	23.868	26.846	23.868
Materiais para manutenção (ii)	42.290	30.983	42.346	31.040
Outros	853	3.738	853	3.738
	201.977	184.899	202.087	185.009
Não circulante				
Materiais para manutenção (ii)	5.201	32.532	5.201	32.532
Provisão para obsolescência (iii)	(1.896)	(11.869)	(1.896)	(11.869)
	3.305	20.663	3.305	20.663
	205.282	205.562	205.392	205.672

- (i) O aumento no saldo dos produtos acabados para 31 de dezembro de 2017 é justificado, principalmente, pela melhora nos preços dos principais produtos da Companhia, o que impulsionou o crescimento da produção em comparação com o ano anterior.
- (ii) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (iii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos. Ainda em 2017, a Companhia procedeu com a baixa de parte desses estoques, gerando assim uma reversão de R\$ 9.973, com ganho tributário na dedução do imposto de renda e da contribuição social.

13 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
COFINS e PIS a recuperar (i)	5.951	3.541	5.952	3.546
IRPJ e CSLL (ii)	2.429	10.958	3.116	11.496
ICMS a recuperar (i)	2.751	2.293	2.751	2.294
Outros	416	413	416	413
	11.547	17.205	12.235	17.749
Não circulante				
ICMS a recuperar (iii)	5.389	6.708	5.389	6.708
Outros	65	66	65	66
	5.454	6.774	5.454	6.774
	17.001	23.979	17.689	24.523

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Créditos, substancialmente, de REINTEGRA, a serem compensados no primeiro trimestre de 2018.
- (ii) Créditos gerados pelos ganhos na distribuição de juros sobre o capital próprio.
- (iii) Crédito relativo às entradas de bens destinados ao Ativo Imobilizado e compensados na proporção de 1/48 avos.

14 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora e Consolidado		
	2017	2016	
Circulante			
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	2.000	2.167	
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	11.560	9.915	
	13.560	12.082	
Não circulante			
Adiantamentos a fornecedores de energia (i)	10.167	12.167	
Adiantamentos a fornecedores de energia - CHESF (ii)	31.998	43.702	
	42.165	55.869	
	55.725	67.951	

- (i) Refere-se a um adiantamento de contrato de energia, realizado em fevereiro de 2015, para o qual são emitidas, mensalmente, desde 31 de janeiro de 2016, notas fiscais de remessa correspondendo ao valor de R\$ 167 ao mês em parcelas fixas e não ajustáveis durante 08 anos. O valor adiantado corresponde a R\$ 16.000, aproximadamente 5% do total do contrato e está garantido por fiança bancária de instituição financeira de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2017, o valor apropriado ao custo foi de R\$ 2.167 (31/12/2016 R\$ 1.666).
- (ii) Refere-se ao desembolso previsto nos termos da Lei de nº 13.182/15, que autorizou a prorrogação dos contratos entre a CHESF e as indústrias eletrointensivas do Nordeste até o ano de 2037. O texto prevê: (i) uma redução dos volumes fornecidos em 30% até 08 de fevereiro de 2032; (ii) a partir de 09 de fevereiro de 2032 até 2037, redução de 1/6 do volume do ano anterior; (iii) um aumento real de 22,5% na tarifa em 01 de julho de 2015; (iv) um reajuste anual a partir de 01 de julho de 2016, conforme Index estabelecido, sendo 70% IPCA + 30% LTN e NTN-B; (v) o adiantamento de R\$ 65 milhões realizado no segundo semestre de 2015; e (vi) um desconto de 8,8% na tarifa entre os anos de 2016 a 2022, para compensar o adiantamento de 2015. Em 31 de dezembro de 2017, o valor apropriado ao custo foi de R\$ 11.578 (31/12/2016 R\$ 6.712).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

	Controladora			Consolidado
- -	2017	2016	2017	2016
Impostos diferidos ativos	(52.107)	(45.221)	(52.107)	(45.224)
Provisão para causas judiciais	(52.197)	(45.231)	(52.197)	(45.231)
Provisão para perdas nos estoques (i) Provisão para participação nos lucros (ii)	(1.896) (38.561)	(11.869) (12.457)	(1.896) (38.561)	(11.869) (12.457)
Provisão para passivo ambiental	(9.029)	(11.834)	(9.029)	(11.834)
Obrigações trabalhistas e atuariais (Nota 22)	(41.478)	(25.934)	(41.478)	(25.934)
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL		(50.827)		(50.827)
Provisão PECLD	(4.106)	(305)	(4.106)	(305)
Outras provisões temporárias	(16.315)	(6.378)	(16.315)	(6.378)
Base de cálculo	(163.582)	(164.835)	(163.582)	(164.835)
IRPJ diferido à alíquota de 25%	38.997	39.652	38.997	39.652
CSLL diferida à alíquota de 9%	14.722	14.835	14.722	14.835
IRPJ/CSLL diferido ativo	53.719	54.487	53.719	54.487

- (i) Provisão de estoque relacionada aos itens de manutenção com baixo giro. Em dezembro de 2017, a Companhia procedeu com a baixa dos itens obsoletos no seu sistema integrado e assim realizou a reversão de 2016, no valor de R\$ 9.973;
- (ii) Base para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente (indedutível para efeito do IRPJ). O valor das participações nos lucros dos Administradores é de R\$ 7.597 (31/12/2016 R\$ 6.226).

	Controladora			Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	
Impostos diferidos passivo					
Ativo imobilizado - Deemed Cost	58.810	58.810	63.385	63.385	
Ativos biológicos	67.156	49.985	67.156	49.985	
Instrumentos financeiros de					
hedge	993	16.311	993	16.311	
Depreciação acelerada	10.839	13.029	10.839	13.029	
Base de cálculo	137.798	138.135	142.373	142.710	
IRPJ diferido à alíquota de 25%	(34.450)	(34.534)	(35.593)	(35.678)	
CSLL diferida à alíquota de 9%	(12.402)	(12.432)	(12.814)	(12.844)	
IRPJ/CSLL diferido passivo	(46.852)	(46.966)	<u>(48.407</u>)	(48.522)	
IRPJ/CSLL diferido líquido	6.867	7.521	5.312	5.965	

A Administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado
	IRPJ	/CSLL - diferido	IRPJ	/CSLL - diferido
Ano-calendário	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2018	17.608	6.860	17.608	6.860
2019	258	624	258	624
2020	258	564	258	564
2021	258	504	258	504
2022	258	444	258	444
2023 em diante	35.079	37.856	35.079	39.411
	53.719	46.852	53.719	48.407

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas informações sejam divergentes dos dados reais apurados.

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos períodos são:

	Controladora		C	<u>Consolidado</u>
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do IRPJ/CSLL	307.146	38.418	308.888	41.901
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(104.430)	(13.062)	(105.022)	(14.246)
Juros sobre capital próprio Equivalência patrimonial	30.646 724	22.333 1.881	30.646	22.333
Doações Ganhos tributários (i)	(562)	(1.059) 11.198	(562)	(1.059) 11.198
Outros	(1.308)	398	(1.324)	502
Incentivo fiscal SUDENE (ii)	37.636	9.553	37.636	9.553
	(37.294)	31.242	(38.626)	28.281
Resultado do IRPJ e CSLL	37.636	9.553	37.636	0.553
Incentivo fiscal SUDENE (ii) Corrente	(62.518)	9.555 11.198	(63.850)	9.553 8.237
Diferido	(12.412)	10.491	(12.412)	10.491
Despesa de IRPJ e CSLL	(37.294)	31.242	(38.626)	28.281

- (i) Refere-se à exclusão da parcela do benefício do ICMS DESENVOLVE da base de cálculo do IRPJ e CSLL, referente aos anos de 2011 a 2015.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 9.553 refere-se ao complemento do incentivo SUDENE de 2015, por conta da não exclusão dos juros sobre o capital próprio no lucro da exploração.

Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

(i) Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, conforme Laudo Constitutivo de nº 0200/2015;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo e seus subprodutos, no período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.

As parcelas correspondentes aos incentivos de redução do imposto de renda e do ICMS Desenvolve são reconhecidas no resultado e ao final de cada exercício social são transferidas de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuídas aos acionistas.

16 Depósitos judiciais

		Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	
Trabalhistas Tributários	3.597 2.237	3.738 1.500	3.606 2.324	3.747 1.587	
	5.834	5.238	5.930	5.334	

Referem-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que registramos no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

17 Investimentos

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração, não há incidências de ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intragrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicitar transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre as controladas:

A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a *Japan Metals & Chems* - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato é renovado anualmente.

A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal"), tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997, a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou (Prejuízo)	Participação da Cia. no PL das controladas	Participação da Cia. (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2016									
Silbasa	51,26	10.976	337	10.639	1.918	(848)	1.070	5.454	548
Jacurici	100	47.274	2.809	44.465	8.429	(3.726)	4.703	44.465	4.703
Reflora	99,96	3.122	Z	3.115	405	(281)	124	3.114	124
Damacal	100	2.370	261	2.109	220	(62)	158	2.108	158
								55.141	5.533
31 de dezembro de 2017									
Silbasa	51,26	11.501	221	11.280	1.647	(807)	840	5.782	430
Jacurici	100	44.155	1.844	42.311	4.173	(2.603)	1.570	42.311	1.570
Reflora	99,96	3.147	2	3.145	293	(263)	30	3.144	30
Damacal	100	2.467	260	2.207	154	(55)	99	2.207	99
								53.444	2.129

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Silbasa	<u>Jacurici</u>	Reflora	Damacal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.036	43.155	2.990	1.950	53.131
Dividendos Equivalência patrimonial	(130) 548	(3.393) 4.703	124	158	(3.523) 5.533
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.454	44.465	3.114	2.108	55.141
Dividendos Equivalência patrimonial	(102) 430	(3.724) 1.570	30	99	(3.826) 2.129
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.782	42.311	3.144	2.207	53.444

Além dos investimentos em controladas, a Companhia possui outros investimentos no montante de R\$ 78 nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 124 nas demonstrações financeira consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imobilizado

	Cor	<u>ntroladora</u>		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Terras para plantio (i) Terrenos Edificações	115.419 23.882 144.479	115.419 5.961 103.707	115.571 29.051 145.193	115.571 11.130 104.582
Máquinas e equipamentos Veículos e tratores Móveis e utensílios Informática Desenvolvimento de minas (ii) Provisão fechamento das minas (iii) Em andamento e outros (iv)	272.325 8.273 3.941 2.546 54.114 2.021 31.886	254.014 12.877 3.992 2.938 42.694 4.387 100.119	272.452 8.273 3.941 2.549 54.114 2.021 33.350	254.177 12.877 3.992 2.941 42.694 4.387 101.584
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	658.886	646.108	666.515	653.935

- (i) Terras utilizadas para o plantio de eucalipto destinado à produção de biorredutor, utilizado na produção de ligas, com a área total de 64.070 hectares.
- (ii) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.
- (iii) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (iv) Em 31 de dezembro de 2017, as imobilizações em andamento referem-se à construção e instalação de sistema de separação por raio x, parte dos fornos retangulares para produção de biorredutor, uma vez que durante o ano parte significativa entrou em operação. Além disto, os projetos de adequação de área de corrida, repotenciação dos fornos e área do inoculante foram finalizados durante o exercício de 2017.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

											Controladora
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2015 Adições e transferências Baixas e reclassificações	115.419	5.861	118.010 25.837	447.003 53.945 1.479	70.679 3.138	10.202 564	7.726 1.826	70.322 4.152	10.451 341	107.814 (6.543) 5.480	963.487 83.360 6.959
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.419	5.961	143.847	502.427	73.817	10.766	9.552	74.474	10.792	106.751	1.053.806
Adições e transferências Baixas e reclassificações		17.921	46.701	61.405 (4.657)	1.618 (580)	701 (6)	602 (135)	14.851	(1.677)	(63.601) (691)	80.198 (7.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	115.419	23.882	190.548	559.175	74.855	11.461	10.019	89.325	9.115	42.459	1.126.258
Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2015			(35.112)	(214.431)	(54.203)	(5.952)	(5.631)	(29.330)	(5.874)	(5.558)	(356.091)
Despesa de depreciação e exaustão Amortização reinvestimento			(5.028)	(34.716) 734	(6.737)	(822)	(983)	(2.450)	(531)	(1.074)	(52.341) 734
Saldo em 31 de dezembro de 2016			(40.140)	(248.413)	(60.940)	(6.774)	(6.614)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(407.698)
Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento			(5.929)	(42.957) 4.005 515	(6.096) 454	(750) 4	(994) 135	(3.431)	(689)	(3.960)	(64.806) 4.617 515
Saldo em 31 de dezembro de 2017			(46.069)	(286.850)	(66.582)	(7.520)	(7.473)	(35.211)	(7.094)	(10.573)	(467.372)
Saldos líquidos em											
31 de dezembro de 2015	115.419	5.861	82.898	232.572	16.476	4.250	2.095	40.992	4.577	102.256	607.396
31 de dezembro de 2016	115.419	5.961	103.707	254.014	12.877	3.992	2.938	42.694	4.387	100.119	646.108
31 de dezembro de 2017	115.419	23.882	144.479	272.325	8.273	3.941	2.546	54.114	2.021	31.886	658.886

											Consolidado
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2015 Adições e transferências Baixas e outros	115.571	11.030 100	122.358 25.837	453.565 53.945 1.479	79.466 3.138	10.266 564	7.959 1.826	70.322 4.152	10.451 341	109.279 (6.543) 5.480	990.267 83.360 6.959
Saldo em 31 de dezembro de 2016	115.571	11.130	148.195	508.989	82.604	10.830	9.785	74.474	10.792	108.216	1.080.586
Adições e transferências Baixas e reclassificações		17.921	46.701	61.405 (4.657)	1.618 (580)	701 (6)	602 (135)	14.851	(1.677)	(63.601) (691)	80.198 (7.746)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	115.571	29.051	194.896	565.737	83.642	11.525	10.252	89.325	9.115	43.924	1.153.038
Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2015			(38.430)	(220.793)	(62.990)	(6.016)	(5.853)	(29.330)	(5.874)	(5.558)	(374.844)
Despesa de depreciação e exaustão Amortização reinvestimento			(5.183)	(34.753) 734	(6.737)	(822)	(991)	(2.450)	(531)	(1.074)	(52.541) 734
Saldo em 31 de dezembro de 2016			(43.613)	(254.812)	(69.727)	(6.838)	(6.844)	(31.780)	(6.405)	(6.632)	(426.651)
Despesa de depreciação e exaustão Baixas e outros Amortização reinvestimento			(6.090)	(42.993) 4.005 515	(6.096) 454	(750) 4	(994) 135	(3.431)	(689)	(3.961)	(65.004) 4.617 515
Saldo em 31 de dezembro de 2017			(49.703)	(293.285)	(75.369)	(7.584)	(7.703)	(35.211)	(7.094)	(10.574)	(486.523)
Saldos líquidos em											
31 de dezembro de 2015	115.571	11.030	83.928	232.772	16.476	4.250	2.106	40.992	4.577	103.721	615.423
31 de dezembro de 2016	115.571	11.130	104.582	254.177	12.877	3.992	2.941	42.694	4.387	101.584	653.935
31 de dezembro de 2017	115.571	29.051	145.193	272.452	8.273	3.941	2.549	54.114	2.021	33.350	666.515

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear, aplicáveis ao exercício de 2017:

	<u> </u>
Máquinas e equipamentos	10
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	5

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 122 (31/12/2016 - R\$ 363), líquidos de depreciação.

19 Ativo biológico

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor, que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia. A Companhia possui área total de 64.070 hectares, sendo que deste total, 25.648 hectares encontram-se plantados.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2017	2016		
No início do exercício	197.866	188.902		
Plantios e manutenção	19.096	21.792		
Exaustão	(45.584)	(36.813)		
Variação de valor justo	41.368	23.985		
No final do exercício	212.746	197.866		

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 07 anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para produção de madeira, além dos meios de pesquisas de preço no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado			
	2017	2016		
Área de efetivo plantio (hectare) (*)	25.648	25.648		
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare ano (*)	31,00	36,00		
Remuneração da terra própria – R\$/hectare	444,00	534,00		
Taxa de desconto - %	8,49%	13,57%		

(*)Informações não auditadas.

A Companhia possui 17.168 hectares(*) de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$ 36.018. No exercício de 2017, foram liberados R\$ 20.819 (31/12/2016 – R\$ 3.501) desta linha, em consonância ao cronograma de plantio.

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/ CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

20 Fornecedores

		Controladora	Consolidad			
	2017	2016	2017	2016		
Energia elétrica Matéria-prima e insumos Outros fornecedores	14.158 25.021 21.946	12.790 16.802 15.633	14.158 25.021 21.946	12.790 16.802 15.596		
	61.125	45.225	61.125	45.188		

21 Empréstimos e financiamentos

<u>Controladora e Consolida</u>		
2017	2016	
6.383 10	444 245	
6.393	689	
59.989	38.670 10	
59.989	38.680	
66.382	39.369	
	6.383 10 6.393 59.989	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trata-se de capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimentos na área florestal e para aquisições de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.

O quadro abaixo demonstra os saldos, custos e vencimentos dos empréstimos:

Modalidade	R\$ mil	Vencimentos	Encargos a.a.	Amortização	Garantias
FNE (BNB)	27.787	2021	8,5%	Mensal	Carta Fiança
FINAME	201	2021	TJLP + 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	160	2022	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.488	2022	TJLP + 3,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	14.302	2022	TJLP + 1,52%	Mensal	Hipoteca de terreno
FINAME	3.430	2023	2,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.556	2023	3,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	235	2023	4,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	4.278	2023	TJLP + 3,9%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	3.498	2024	6,0%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.078	2024	TJLP + 3,6%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	1.248	2024	TJLP + 3,5%	Mensal	Alienação fiduciária
FINAME	181	2024	TJLP + 3,4%	Mensal	Alienação fiduciária
FINEM	6.928	2025	TJLP + 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.963	15.865	17.828
Captação		23.461	23.461
Juros e variações monetárias provisionados		1.446	1.446
Juros pagos	(122)		(122)
Transferência	2.092	(2.092)	
Amortização de principal	(3.244)		(3.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	689	38.680	39.369
Captação		29.243	29.243
Juros e variações monetárias provisionados		4.202	4.202
Juros pagos	(3.860)		(3.860)
Transferência	12.136	(12.136)	
Amortização de principal	(2.572)		(2.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.393	59.989	66.382

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2017	2016
2018		4.974
2019	12.963	7.867
2020	14.467	9.074
2021	15.076	9.625
2022	8.435	5.785
2023 em diante	9.048	1.355
Total	59.989	38.680
	<u></u>	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

A Companhia possui financiamentos com saldo de R\$ 4.661, os quais também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

A razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência do contrato. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu esse índice.

Além das cláusulas restritivas acima mencionadas a Companhia possui em seus contratos, cláusulas restritivas não financeiras que foram cumpridas na data base das demonstrações financeiras.

22 Obrigações trabalhistas e atuariais

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Circulante				
Salários e encargos	10.295	11.158	10.316	11.186
Provisões trabalhistas e encargos	18.697	16.028	18.698	16.028
Participações nos lucros (i)	38.561	12.457	38.561	12.457
	67.553	39.643	67.575	39.671
Não circulante				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	41.478	25.934	41.478	25.934
	109.031	65.577	109.053	65.605

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que, do resultado do exercício, depois de subtraídos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, serão destinados até 10% para distribuição aos empregados e, desse saldo, até 10% para gratificação aos administradores. No exercício de 2017, a Companhia provisionou participações a administradores e empregados, nos montantes de R\$ 7.597 (31/12/2016 R\$ 6.226) e R\$ 30.964 (31/12/2016 R\$ 6.231), respectivamente.
- (ii) A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.

A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebem salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício. Além do benefício de prêmio de aposentadoria descrito na Nota 6(m(iii)). Para este grupo, a Companhia procedeu com um cálculo de expectativa do valor justo e possui provisão em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 8.988 (31/12/2016 - R\$ 7.141).

Adicionalmente, a Companhia assegura a seus colaboradores que se aposentam ou que são desligados sem justa causa, o direito de permanecer no plano de saúde empresarial. As condições de cobertura assistencial permanecem as mesmas quando da vigência do contrato de trabalho, desde que o optante assuma o pagamento integral do referido plano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante registrado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 32.491 (31/12/2016 – R\$ 18.793).

(a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

_	Plano de Saúde	Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	18.793	7.141	25.934
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	3.396	3,545	6.941
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(772)	(176)	(948)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	11.074	(1.523)	9.551
Valor presente das obrigações atuariais ao final do			
exercício	32.491	8.987	41.478

(b) Apresentamos a seguir, os ganhos e perdas atuariais no período sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes.

Plano de Saúde	Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	Total
(9.671)	908	(8.763)
(2.824)	(521)	(3.345)
1.421	1.136	2.557
(11.074)	1.523	(9.551)
	Saúde (9.671) (2.824) 1.421	Privada e prêmio de aposentadoria

(c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pósemprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria.

	Plano de Saúde		Previdência Privada e prêmio de aposentadoria	
	Passivo	Impacto*	Passivo	Impacto*
Cenário base	32.491		8.988	
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas de mortalidade Mortalidade geral – agravamento de 10% nas	33.025	1,67%	9.006	0,20%
taxas de mortalidade	31.988	(1,55%)	8.970	(0,20%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	34.898	7,41%	9.380	4,36%
Taxas de juros real – incremento de 0,50% a.a.	30.344	(6,61%)	8.624	(4,05%)
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	37.585	15,68%		
Inflação médica - redução de 1,00% a.a.	28.387	(12,63%)		
*Impacto apurado em relação ao cenário base.				

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Premissas atuariais

	Premissas atuariais	
	2017	2016
Taxa esperada de inflação - % a.a.	4,82	5,48
Taxa real de desconto - Plano de Previdência - % a.a.	5,07	6,01
Taxa real de desconto - Custeio plano de saúde - % a.a.	5,34	6,01
Taxa real de desconto - Prêmio de aposentadoria - % a.a.	4,79	6,01
Taxa de rotatividade - % a.a.	3,30	11,70
Crescimento real de salários - % a.a.	1,14	5,00
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídi	io	
indireto)	55,00	75,00
Elegibilidade à aposentadoria	55 anos de idade	60 anos de idade
	e 10 de	e 10 de
	contribuição	contribuição

23 Impostos e contribuições sociais

	Controladora			Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	
Circulante: IRPJ e CSLL			42	320	
IPI	1.041	2.901	1.041	2.901	
ICMS	1.423	3.182	1.423	3.182	
IRRF a recolher	2.165	1.836	2.186	1.844	
PIS e COFINS	1.346	3.051	1.369	3.089	
Outros	<u>676</u>	646	<u>676</u>	646	
NI~	6.651	11.616	6.737	11.982	
Não circulante: PIS e COFINS			87	87	
ICMS - Desenvolve		310		310	
		310	87	397	
	6.651	11.926	6.824	12.379	

24 Instrumentos financeiros de proteção cambial

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar a termo (*non deliverable forward* - "NDF") para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico, definido em política interna, aprovada pela Administração, conforme descrito na Nota 5.4.

A metodologia de determinação do valor das NDF é a de marcação a mercado, utilizando taxas referenciais da B3.

A Companhia e suas controladas não fazem aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2017 designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

			Contro	ladora e Consolidado
I	nstrumento de hed	ge	 	Objeto de hedge
Vencimentos	Operação	Nacional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2018 2º trimestre de 2018 3º trimestre de 2018 4º trimestre de 2018	NDF NDF NDF NDF	10.000 4.000 5.000 9.000	305 275 122 291	Vendas futuras Vendas futuras Vendas futuras Vendas futuras
		28.000	993	

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia procedeu com a avaliação de seus contratos (NDF) em aberto. O montante de R\$ 993 foi considerado efetivo para fins de *hedge accounting* e registrado no Patrimônio Líquido. Além do efeito da nova marcação a mercado - "MTM", a Companhia realizou a reversão do MTM, provisionado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 16.311, contabilizado no Patrimônio Líquido, gerando um efeito negativo de R\$ 15.318.

No período, foram liquidados contratos de hedge, cujos ganhos foram reconhecidos no resultado, no montante de R\$ 23.576. Em 31 de dezembro de 2016, houve perda nos contratos liquidados de R\$ 1.394 e um ganho pela reversão de R\$ 8.118, dos contratos não efetivos.

As informações sobre as operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016 designados e não designados para *hedge accounting* (hedge de fluxo de caixa) estão demonstradas no quadro abaixo:

			Contro	adora e Consolidado
	Instrumento de h	edge		Objeto de hedge
Vencimentos	Operação	Nocional (US\$)	Valor justo	Operação
1º trimestre de 2017 2º trimestre de 2017 3º trimestre de 2017 4º trimestre de 2017	NDF NDF NDF NDF	21.250 11.000 6.000 3.000	10.927 3.438 1.276 670	Vendas futuras Vendas futuras Vendas futuras Vendas futuras
		41.250	16.311	

25 Provisão para fechamentos de minas

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes a provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações das minas. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A taxa de juros anual de longo prazo utilizada para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2017 foi 5,44% (31/12/2016 - 14,68%). A movimentação da provisão está demonstrada como segue:

	Controladora e C	<u>Consolidado</u>
	2017	2016
No inicio do exercício	16.222	15.384
Revisões nas estimativas de fluxos de caixa	(1.677)	341
Baixas	(4.066)	(594)
Atualização monetária	570	1.091
No final do exercício	11.049	16.222

26 Provisão para contingências

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Controladora e Consolid			
	Possível	Provável	Total	
Tributária / Administrativa Trabalhistas Cíveis	19.307 2.297 431	45.274 5.439 1.484	64.581 7.736 1.915	
	22.035	52.197	74.232	

(a) Processos provisionados e com risco de perda provável:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	2017	2016		
Administrativa/Tributárias:				
CFEM (i)	11.478	10.452		
PIS e COFINS (ii)	10.690	9.722		
Tarifas CDE e TÚST (iii)	20.587	16.720		
Outros	2.519	879		
Trabalhistas:				
Horas in itinere (iv)		2.623		
Outros trabalhistas (v)	5.439	3.432		
Cíveis:				
Desconstituição de escritura de terra (vi)	1.395	1.403		
Outros	89	4F 221		
	52.197	45.231		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada em julho de 2007 pelo DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução, enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou suas defesas/recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança. Superada a fase administrativa, a Companhia intentará ação judicial requerendo a anulação dos respectivos autos, instância onde as chances de êxito são maiores. Embora os autos totalizem R\$ 68.081, a Companhia entende que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$ 11.478 (31/12/2016 R\$ 10.452) para cobrir a parcela do questionamento, que acredita ser provável para suprir eventual desembolso de caixa.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$ 10.690 (31/12/2016 R\$ 9.722) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (iii) A Companhia participa de ações ajuizadas pela ABRACE Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à conta de desenvolvimento energético CDE e à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). A Companhia realizou provisão de R\$ 19.192 (31/12/2016 R\$ 16.720) e provisão de R\$ 1.395, respectivamente.
- (iv) Horas in itinere: O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação requerendo o reconhecimento das horas de transporte de/para a mineração (in itinere), bem como está requerendo o pagamento de dano moral coletivo. Embora o valor dado à causa totalize R\$ 26.000, a Companhia julga que o risco é remoto para o questionamento, mas registrou provisão em 2016 de R\$ 2.623 que considera ser suficiente para cobrir a perda provável em face da sentença de primeiro grau. Em 2017, o processo foi jugado em segunda instância com decisão favorável a Companhia que reverteu à provisão realizada anteriormente.
- (v) Outros trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). São ao todo 227 processos em 31 de dezembro de 2017 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável – na sua totalidade ou em parte - é de R\$ 5.439 (31/12/2016 - R\$ 3.432).
- (vi) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 1.395 (31/12/2016 R\$ 1.403) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação das provisões:

<u> </u>			Controladora e	Consolidado
_	<u>Trabalhistas</u>	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015 _	4.272	25.970	1.860	32.102
Novos processos/complementos	3.539	17.587	94	21.220
Reversões	(1.511)	(8.266)	(551)	(10.328)
Baixa por pagamento	(245)			(245)
Atualizações monetárias		2.482		2.482
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.055	37.773	1.403	45.231
Novos processos/complementos	2.662	12.118	89	14.869
Reversões	(2.623)	(6.610)	(8)	(9.241)
Baixa por pagamento	(655)			(655)
Atualizações monetárias		1.993		1.993
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.439	45.274	1.484	52.197

(b) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior, grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 2.766.

A Prefeitura Municipal de Queimadas atuou por irregularidade nos seus processos minerários e considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 455.

Compensação tributos: A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais junto a Receita Federal. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$ 7.600.

PIS e COFINS: No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2005 e 2006, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$ 8.486, sendo esta parcela considerada risco possível.

Trabalhistas: Aproximadamente 32 processos movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária para os quais os advogados externos entendem que a perda é possível. O risco estimado destes processos é R\$ 2.297.

Cíveis: A Companhia possui 03 processos de ações indenizatórias por danos morais e reintegração de posse. O risco é considerado possível e totaliza R\$ 431.

A Companhia possui três ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que se encontram em fase de discussão judicial (valor das indenizações), estando uma em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Saldos e transações com partes relacionadas

		Resultado		Ativo circulante				Passivo circulante
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (jj)	Contas a receber de clientes (jj)	Dividendos a receber (jjj)	Fornecedores (j <u>v</u>)	Outras contas a pagar (v)	Dividendos Propostos	Juros sobre o capital próprio
Controladora								
Fundação José Carvalho			108		8.750	567		10.634
Controladas Silício de Alta Pureza da Bahia S.A Silbasa Mineração Vale do Jacurici S.A. Reflorestadora e Agricola S.A. Indústria de Minérios Damacal Ltda.	840 360 60 36			102 373				
Parte relacionada Marubeni Corporation		147.978	7.091					
Total em 31 de dezembro de 2017	1.296	147.978	7.199	475	8.750	567		10.634
Total em 31 de dezembro de 2016	1.296	111.427	9.210	1.247			5.802	35.508

- (i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas.
- (ii) Receita e contas a receber por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.
- (iii) Dividendos propostos com base no lucro ajustado do exercício de 2017.
- (iv)Saldo de contas a pagar decorrente de compra de um imóvel da Controladora, divulgado ao mercado em 26/12/2017, conforme previsto na Instrução CVM 480/09. O valor total da aquisição foi de R\$ 17.500, dos quais, R\$ 8.750 serão pagos quando da outorga da escritura pública definitiva de compra e venda do imóvel.
- (v) Contratos para fornecimentos de refeições e laticínios.

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Salários (i) Encargos sociais Benefícios Participação nos lucros (ii)	8.981 1.796 1.078 7.597	8.031 1.607 932 6.226	10.035 2.005 1.078 7.597	8.602 1.721 932 6.226
	19.452	16.796	20.715	17.481

- (i) Aprovados em Assembleias Geral Ordinária da Controladora e suas controladas.
- (ii) Montantes de participação nos lucros provisionados de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, conforme Nota 22.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de março de 2017, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 1.116.677 para R\$ 1.225.444, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros, no montante de R\$ 108.767. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações. O capital subscrito e integralizado está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, assim distribuído:

		2017		2016
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho Dimensional Funds Morgan Stlanley Uruguay Market Vectors Minor Metal ETF Credit Suisse Fund Norges Bank F.I. Fator Jaburá Outros acionistas Ações em tesouraria	29.086.696 313.304 40.000	16.884.600 2.164.515 1.409.598 1.261.923 901.805 654.751 80.000 32.339.508 3.183.300	29.086.696 313.304 40.000	18.044.000 2.010.115 19.674 538.423 1.000.005 2.574.600 1.000.000 30.509.883 3.183.300
	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

b) Ações em tesouraria

A Companhia possui 3.183.300 ações PN, a um custo médio de R\$ 8,07 por ação, adquiridas através de programa de recompra de ações.

As ações adquiridas no âmbito do programa permanecerão em tesouraria, sendo que a decisão sobre a alienação e ou cancelamento dessas ações será tomada em momento oportuno e será devidamente comunicada ao mercado. As ações preferenciais em tesouraria têm como objetivo a posterior alienação, ou cancelamento, dentre outros. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é como segue:

		2017		
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria Cotação na B3 - R\$/ação	3.183.300 20,47	40.000 19,00	3.183.300 7,76	40.000 11,60

2017

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Reservas de lucros

- (i) A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.
- (ii) A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. Esta reserva contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.
- (iii) Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.
- d) Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

Criado pela Lei 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

	Controladora			Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Custo atribuído terras (i)	61.830	61.830	66.404	66.404
Ajustes instrumentos financeiros (Nota 24)	993	16.311	993	16.311
Atuarial - pós emprego (Nota 22)	(17.902)	(8.350)	(17.902)	(8.350)
Impostos diferidos	(14.247)	(22.703)	(15.802)	(24.258)
-	30.674	47.088	33.693	50.107

- (i) Custo atribuído do ativo imobilizado ("deemed cost") para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 01 de janeiro de 2009.
- e) Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Conselho de Administração da Companhia, conforme deliberações tomadas em reuniões realizadas em 11 de julho de 2017, 11 de setembro de 2017, 30 de novembro de 2017 e 21 de dezembro de 2017, aprovou a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, nos valores globais de R\$ 24.559, R\$ 22.794, R\$ 22.551 e R\$ 20.231, respectivamente.

Todas as respectivas distribuições serão atribuídas aos dividendos mínimos obrigatórios da Companhia quando da destinação do resultado do exercício, findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
(=) Lucro líquido do exercício	269.852	69.660
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(13.493)	(3.483)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, ICMS DESENVOLVE e reinvestimento)	(48.960)	(23.180)
(=) Lucro base ajustado para distribuição	207.399	42.997
Juros sobre capital próprio/Dividendos		
Ações ordinárias	29.227	3.486
Ações preferenciais	60.908	7.263
	90.135	10.749
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	43%	25%
Dividendos complementares		
Ações ordinárias		697
Ações preferenciais		1.453
		2.150
Total de Juros sobre capital próprio/Dividendos	90.135	12.899
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	43%	30%

Os juros sobre capital próprio sofreram incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), à alíquota de 15%. No intuito de garantir aos acionistas não imunes e ou não isentos os mesmos benefícios que teriam, caso auferissem remuneração, sob a forma de dividendos, foi acrescido o montante referente ao imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento).

29 Lucro por ação

Conforme definido pelo CPC 41 - "Resultado por Ação", o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais, potenciais diluidoras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Operações continuadas		
	2017	2016	
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	269.852	69.660	
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador): Lucro das operações atribuível as ações ordinárias as ações preferenciais	87.504 182.348	22.588 47.072	
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):			
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas preferenciais emitidas	29.400.000 55.696.700	29.400.000 55.696.700	
Resultado básico/diluído por ação (em R\$) as ações ordinárias as ações preferenciais	2,9763 3,2739	0,7683 0,8451	

30 Receita líquida de vendas

		Controladora		Consolidado
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas				_
Mercado interno	976.180	862.210	976.180	862.210
Mercado externo	364.007	436.879	364.007	436.879
	1.340.187	1.299.089	1.340.187	1.299.089
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(16.221)	(6.463)	(16.221)	(6.463)
Impostos sobre vendas	(215.124)	(196.352)	(215.244)	(196.472)
	(231.345)	(202.815)	(231.465)	(202.935)
	1.108.842	1.096.274	1.108.722	1.096.154

31 Despesas por natureza - operacionais, custos dos produtos vendidos e outras líquidas

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	2017	2016		
Custo dos produtos vendidos (i)	(759.394)	(947.521)	(758.296)	(946.425)		
Despesas com vendas	(22.416)	(21.632)	(22.416)	(21.632)		
Despesas gerais e administrativas	(66.521)	(64.420)	(66.917)	(64.658)		
Honorários dos administradores	(11.855)	(10.571)	(13.118)	(11.256)		
Participação nos lucros	(38.561)	(12.457)	(38.561)	(12.457)		
Outras receitas (despesas), líquidas (iii)	(4.315)	(58.437)	(4.768)	(58.897)		
	(903.062)	(1.115.038)	(904.076)	(1.115.325)		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

<u>-</u>	Con	Controladora		Consolidado	
-	2017	2016	2017	2016	
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos Despesas com pessoal (ii) Despesas depreciação e exaustão Despesas com prestação de serviços Despesas com manutenção e reparos Combustíveis e lubrificantes Custo da capacidade ociosa Despesas com aluguel de equipamentos Provisões para passivos eventuais Outras receitas (despesas)	(392.762) (246.251) (109.875) (72.212) (45.672) (12.561) (10.930) (8.484) (5.275)	(639.141) (214.705) (78.408) (56.682) (35.523) (16.038) (30.953) (9.421) (10.648) (23.519)	(391.862) (247.514) (110.073) (72.212) (45.672) (12.561) (10.930) (8.484) (5.275)	(638.083) (215.390) (78.608) (56.682) (35.523) (16.038) (30.953) (9.421) (10.648) (23.979)	
	(903.062)	(1.115.038)	(904.076)	(1.115.325)	

(i) O custo dos produtos vendidos, consolidado, totalizou R\$ 758.296, representando uma redução de 19,9%, em relação ao mesmo período de 2016. Este decréscimo é explicado, principalmente, pela redução no volume de vendas e pelo aumento na escala de produção da Companhia, resultando assim, em uma redução dos custos fixos.

O custo dos produtos vendidos incluem:

- (a) Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem nas minerações.
- (b) A Companhia importa coque metalúrgico ("met coke") reativo (commodity disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- (c) Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), por modal ferroviário.
- (ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.
- (iii) Abaixo demonstramos a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Benefícios pós-emprego Outros impostos e contribuições Responsabilidade social e empresarial Provisões para passivos eventuais Cessão de energia elétrica (i)	(5.993) (5.755) (1.626) (5.275) 25.052	(3.397) (3.719) (2.958) (10.648) (34.755)	(5.993) (5.613) (1.626) (5.275) 25.052	(3.397) (3.719) (2.958) (10.648) (34.755)	
Baixa de imobilizado, por inventário Outras despesas	(2.693) (8.025) (4.315)	(2.960) (58.437)	(2.693) (8.620) (4.768)	(3.420) (58.897)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Para 31 de dezembro de 2017, o resultado da cessão de energia elétrica do mercado livre (ACL), foi beneficiada pelo aumento do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no exercício em relação ao exercício anterior.

32 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras Rendimentos de aplicações financeiras Variação cambial Outras receitas financeiras (i)	37.876 4.049 3.285	19.832 5.346 14.791	42.963 4.048 3.290	26.948 5.345 17.221
	45.210	39.969	50.301	49.514
Despesas financeiras Variação cambial Atualização provisão fechamento das minas (Nota 25) Juros pagos ou incorridos (ii) Outras despesas financeiras	(2.684) (570) (6.278) (1.385)	(12.834) (1.091) (2.365) (2.739)	(2.683) (570) (6.307) (1.443)	(12.834) (1.090) (2.488) (2.739)
	(10.917)	(19.029)	(11.003)	(19.151)
Instrumento Financeiro de Hedge (Nota 24) Variação no hedge ativa Variação no hedge passiva	25.351 (1.775) 23.576	55.873 (49.149) 6.724	25.351 (1.775) 23.576	55.873 (49.149) 6.724
	57.869	27.664	62.874	37.087

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, incluem a atualização do contrato de adiantamento de energia com a CHESF e correção monetária do processo da Eletrobrás.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2017, além dos juros apropriados do saldo de empréstimo do ano anterior, houve liberação de R\$ 28.527 (Nota 21).

33 Segmentos operacionais

A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia os seus negócios. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são demonstrados abaixo:

Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferroligas de cromo alto, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo.

Segmento de silício - envolve as operações de ferroligas de silício 75 especial e o silício 75 standard.

Outros segmentos incluem - atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada. Informações consolidadas dos segmentos operacionais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Liga	s de cromo	Lig	as de silício	Outros	segmentos		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vendas líquidas Mercado interno Mercado externo	606.658 133.916	523.480 150.226	107.366 182.364	110.595 236.586	42.570 35.848	31.603 43.664	756.594 352.128	665.678 430.476
	740.574	673.706	289.730	347.181	78.418	75.267	1.108.722	1.096.154
Custo dos produtos vendidos Variação do valor justo ativos	(486.188)	(544.978)	(227.466)	(310.702)	(44.642)	(90.745)	(758.296)	(946.425)
biológicos					41.368	23.985	41.368	23.985
Lucro bruto	254.386	128.728	62.264	36.479	75.144	8.507	391.794	173.714
Despesas operacionais	(97.667)	(103.807)	(38.210)	(53.495)	(9.903)	(11.597)	(145.780)	(168.900)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	156.719	24.921	24.054	(17.016)	65.241	(3.090)	246.014	4.814
Vendas de produtos (toneladas)								
Mercado interno	122.158	138.673	24.698	31.308			146.856	169.981
Mercado externo	22.452	27.986	42.236	64.523			64.688	92.509
	144.610	166.659	66.934	95.831			211.544	262.490

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

34 Compromissos

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, para vigência até o próximo aditamento contratual. O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2017 a abril de 2018 totaliza R\$ 108 por mês. A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2017 e de 2016.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 34.997 (31/12/2016 - R\$ 31.222).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 Transações que não afetaram o caixa

_	Controladora		Consolidado	
_	2017	2016	2017	2016
Contas a pagar por aquisição de terreno (Nota 27)	8.750		8.750	
Dividendos prescritos	351		351	
Ganho (perda) com passivo atuarial (Nota 22) Revisões nas estimativas de fluxos de caixa provisão	(9.551)	(3.035)	(9.551)	(3.035)
fechamento de mina (Nota 25)	(1.677)	341	(1.677)	341
Dividendos/Juros sobre capital próprio declarados no exercício (Nota 28) Aumento de capital com saldo de reserva de incentivos	90.135	10.749	90.237	10.873
fiscais (Nota 28)	108.767	14.604	108.767	14.604

37 Eventos subsequentes

Aquisição da BW Guirapá I

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia comunicou através de "Fato Relevante" aos seus acionistas e ao mercado em geral, a celebração de um contrato de compra e venda de 100% (cem por cento) das ações de emissão da BW I ("Contrato de Compra e Venda" e "Operação", respectivamente). O preço de aquisição acordado entre as partes foi de R\$ 450.000, e poderá ser acrescido pelo pagamento de um valor de até R\$ 40.000, a título de contraprestação contingente, observado o atingimento de metas futuras estipuladas no Contrato de Compra e Venda;

Em 06 de fevereiro de 2018, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou, sem restrições, a operação de compra, pela FERBASA, de 100% (cem por cento) das ações de emissão da empresa BW I, de propriedade do Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e da Brazil Wind S.A.

A consumação da aquisição dependerá, dentre outros fatores, das aprovações societárias necessárias e da aprovação das instituições financeiras credoras da BW Guirapá, as quais a Companhia espera que sejam obtidas no 1º semestre de 2018.

* * *

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio Gerente de Contabilidade CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA